



Guia de Fundos

Fundo	AC/CVRD	Comissão de Viticultura da Região do Douro	1925	1934
		<p><i>Âmbito e conteúdo</i></p> <p>Copiador de correspondência expedida, notas, rascunhos e apontamentos, estatística de exportação, registo de cedências e aquisições de vinhos entre comerciantes, registo de certificados para exportação de vinhos generosos, registo de certificados para exportação de vinhos generosos emitidos pela Casa do Douro, registo diário de movimento de vinhos generosos por firma e registo mensal de exportação de vinhos e país de destino.</p> <p><i>História administrativa ou biográfica</i></p> <p>A Comissão de Viticultura da Região do Douro foi criada pelo Decreto ditatorial de João Franco de 10 de Maio de 1907 e pelo Decreto Regulamentar de 16 de Maio de 1907.</p> <p>Tinha como objectivo a fiscalização e regulação quer da produção quer do comércio de Vinho do Porto, competindo-lhe velar pelo exacto cumprimento das disposições legais. Ao longo da sua existência foi alvo de inúmeras regulamentações e alterações legislativas, sendo dotada de mecanismos de acção cada vez mais eficazes.</p> <p>Foi extinta em 1932.</p> <p><i>Dimensões</i> 35 documentos compostos (30 livros + 3 maços + 2 caixas)</p> <p><i>Condições de acesso</i> Fundo em livre acesso.</p> <p><i>Instrumentos pesquisa</i> Inventário do Arquivo do Instituto do Vinho do Porto (1933-1974). Paula Montes Leal (org.). Peso da Régua: Museu do Douro, 2003. ISBN 972-98878-5-3.</p> <p><i>Modalidades de aquisição</i> Documentação adquirida a título de depósito.</p> <p><i>Materiais relacionados</i> Cooperativa dos Funcionários do Instituto do Vinho do Porto (PT/MD/AC/CFIVP); Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto (PT/MD/AC/GEVP); Instituto do Vinho do Porto (PT/MD/AC/IVP).</p> <p><i>Bibliografia</i> SEQUEIRA, Carla - A questão duriense e o movimento dos Paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro. Porto: GEHVID/CIRDD, 2000</p>		

Fundo	AC/GEVP	Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto	1948	1969
		<p><i>Âmbito e conteúdo</i></p> <p>Contas de gerência.</p> <p><i>História administrativa ou biográfica</i></p> <p>O Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto foi um dos três organismos oficiais surgidos ainda na época pré-corporativa, para o controlo do sector do Vinho do Porto.</p> <p>Foi criado pelo Decreto n.º 22.460, de 10 de Abril de 1933, cabendo-lhe a representação e tutela legal do sector da exportação. Só os exportadores membros deste grémio, podiam obter o certificado de exportação.</p> <p>O Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto foi extinto em 1974, criando-se depois, a Associação dos Exportadores do Vinho do Porto, associação privada sem fins lucrativos, com escritura de constituição efectuada a 10 de Janeiro de 1975.</p> <p>Em 4 de maio de 1995, por alteração dos estatutos da Associação dos Exportadores do Vinho do Porto, esta entidade passou a designar-se Associação das Empresas de Vinho do Porto.</p> <p><i>Dimensões</i> 4 documentos compostos (4 capas)</p> <p><i>Condições de acesso</i> Fundo em livre acesso.</p> <p><i>Instrumentos pesquisa</i> Inventário do Arquivo do Instituto do Vinho do Porto (1933-1974). Paula Montes Leal (org.). Peso da Régua: Museu do Douro, 2003. ISBN 972-98878-5-3.</p> <p><i>Materiais relacionados</i> Comissão de Viticultura da Região do Douro (PT/MD/AC/CVRD); Cooperativa dos Funcionários do Instituto do Vinho do Porto (PT/MD/AC/CFIVP); Instituto do Vinho do Porto (PT/MD/AC/IVP).</p> <p><i>Bibliografia</i> INSTITUTO DO VINHO DO PORTO - O sector do vinho do Porto em 1997: História, região e mercado do Vinho do Porto. Porto: Instituto do Vinho do Porto, [1998]</p>		

Fundo **AC/IVDP** **Instituto do Vinho do Porto** **1926** **2000**

Âmbito e conteúdo

Actas; minutas de actas; memorandos; autos de notícias; informações e ordens de serviço; circulares; compilações de notícias; correspondência; índices, registos e copiadores de correspondência; relatórios anuais; certidões; copiador de ordens de serviço; legislação; discursos, comunicações e dissertações; documentação relativa à confidencialidade dos dados estatísticos do I.V.P.; documentação submetida a parecer; ficheiros de endereços; notas oficiosas; programas de actividades; projectos de reestruturação; relatórios anuais; boletins; listagens de entidades; normas; registo de circulares; controlo de impressos; documentação jurídica; legislação; regulamentos; balancetes; boletins de abonos e descontos; cadernetas de depósitos; cheques inutilizados; controlo de contas bancárias; contas correntes; contas de gerência; contas gerais; documentação de processamento de vencimentos; documentação relativa à prestação de cauções pelo I.V.P.; documentação relativa ao pagamento de impostos; documentação relativa ao subsídio para infantários; documentos de receita e despesa; registo de receitas e despesas; recibos; requisições; orçamentos de receita e despesa; esclarecimentos dirigidos à Direcção Geral do Tribunal de Contas; facturas; folhas de abonos; guias de liquidação das taxas de exportação; guias de pagamento; listas de preços de Vinho do Porto; livros «Caixa»; mapas de despesa; mapas de remunerações; notas de cobrança e guias de depósito de receitas próprias; notas de documentos pagos; notas de remessa de boletins de análise; pedidos de autorização de despesa; posição das contas com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência; posições financeiras; processos de regularização de contas; propostas para aquisição de vinho acetificado; razão geral; recibos de cauções de embarque; registo de facturas; registo de pagamentos de impostos; registo de receita e despesa; registo de taxas de propaganda; relações para cobrança; resumo do rendimento das Brigadas Cadastrais; tabelas de preços; talões de cheques; talões de depósitos; apólices de seguros; cadastro de pessoal; concursos de pessoal; documentação relativa à realização de estágios; dossiês relativos a aposentações de pessoal; livros de ponto; notas de licenças, faltas e penalidades; programas de ocupação dos tempos livres; quadros de pessoal; relações dos funcionários; relatórios de observação psicológica; cadastro dos bens de domínio privado; documentação relativa à aquisição de um barco rabelo; inventários de bens; processos de alienação de bens; processos e projectos de obras em imóveis; boletins de análise de vinhos para registo de marca e tipo; documentação relativa a aguardentes para beneficiação do Vinho do Porto; pareceres técnicos; processos relativos à reconversão das vinhas do Douro; registo de amostras, provas e análises laboratoriais de vinhos; registo de marca e tipo; comunicações de declarações de compra de mostos apresentados pelas firmas à Casa do Douro; comunicados de vindima; conta corrente da aguardente e álcool vínicos do I.V.P. com outras entidades; conta corrente da exportação para vários países; conta corrente de aguardente vínica com os exportadores do Vinho do Porto; conta corrente de mostos; conta corrente de selos de garantia com os exportadores do Vinho do Porto; conta corrente do IVP com a CGD, relativa a cauções dos exportadores; conta corrente do IVP com os exportadores relativa a cauções; documentação relativa à produção e movimento de aguardentes; dossiês relativos à fiscalização do selo de garantia; existências e movimento de vinhos generosos nos concelhos da Região Demarcada do Douro; registo de beberagem e avinhação; registo do movimento de vinho generoso, aguardentes, álcool vínico, beberagem, avinhação e vinagre; registo do movimento de certificados de existência; mapas estatísticos relativos à exportação do Vinho do Porto; mapas do movimento de certificados de existência de Vinho do Porto; notas de envio de amostras de Vinho do Porto; processos de anulação de taxas de exportação; processos para warrantagem; processos relativos à repressão de fraudes; reclamações de viticultores relativas ao benefício; registo de aprovação de aquisições e cedências pela Câmara dos Provedores; registo de aquisições e cedências de vinho generoso; registo de certificados de «mosto virgem», de existência, de origem e de certificados emitidos pela Casa do Douro; registo de encargos com trabalhadores por parte das firmas exportadoras; registo de exportação de Vinho do Porto; registo de guias de liquidação de taxas de exportação; registo de movimento de vinhos nos entrepostos; registo de saídas de vinhos da Região Demarcada do Douro; registo de saldos de cápsulas e selos de garantia; registo de taras empregues na exportação do Vinho do Porto; registo de transgressões de exportadores do Vinho do Porto; registo de vendas e contribuições pagas pelas firmas exportadoras; registo de vendedores de vinho generoso para consumo nacional; registo de vinho de pasto entrado no Entrepasto de Gaia e imposto cobrado; registo de vinho generoso; registo de vinhos de pasto saídos para consumo nacional; registo do

movimento de aguardentes e álcool vínico nos armazéns dos exportadores de vinhos generosos; registo do movimento nas firmas exportadoras de vinho de pasto; registo do movimento nos armazenistas de vinhos de mesa; registo de existências de aguardente por firma; registo de exportações por países e firmas; registo de movimento no Entreposto de Gaia, por firmas; relações de marcas de Vinho do Porto para aposição do selo de garantia; relações de títulos de compra com constituição de penhor; relações de viticultores autorizados a beneficiar; relações dos comerciantes estabelecidos no Entreposto de Gaia; varejo; índices de publicações periódicas; levantamentos bibliográficos; listas das bibliotecas inventariadas pelo Centro de Documentação Científica do Instituto de Alta Cultura; pedidos e agradecimentos de ofertas de publicações; inquéritos sobre bibliotecas e publicações; registo de Diários do Governo e da República; registo de entrada de publicações na Biblioteca; registo de monografias e de publicações periódicas; registo de publicações editadas pelo IVP; relatórios e inventários da Biblioteca; requisições; documentação relativa à exportação de Vinho do Porto; dossiês de mercado; dossiês relativos à Câmara do Comércio Internacional; estudos; mapas estatísticos; registo de direitos aduaneiros; relatórios; compilações de gravuras; comunicações de recusa de participação no «Programa de Incentivos»; contas visadas pelo Fundo de Fomento de Exportação, relativas ao «Programa de Incentivos»; documentação relativa à atribuição de diplomas de mérito a rádio-amadores; concursos para fornecimento de vinhos para propaganda; dossiês de documentação auxiliar para o «Programa de Incentivos»; dossiês de visitas ao sector do Vinho do Porto; dossiês relativos à International Advertising Association; material publicitário; pedidos de Vinho do Porto para eventos; processos de campanhas publicitárias; processos de organização e participação em eventos; processos relativos ao «Programa de Incentivos» para campanhas publicitárias; propostas/projectos de campanhas internacionais de publicidade do Vinho do Porto; registo diário de saídas de material de propaganda e anúncios; registo e movimento de impressos para propaganda; relatórios de propaganda; requisições de cálices; requisições de Vinho do Porto para o Solar do Vinho do Porto (Porto); Revista Mensal da Imprensa; documentação relativa a títulos de registo de marca e de denominação de origem e processos de repressão de fraudes no estrangeiro.

História administrativa ou biográfica

O Instituto do Vinho do Porto (IVP) foi criado pelo Decreto nº 22.461, de 10 de Abril de 1933, quase em simultâneo com a Casa do Douro (criada em 18 de Novembro de 1932) e o Grémio de Exportadores de Vinho do Porto (criado também em 10 de Abril de 1933).

Desde então, o IVP é "um organismo de acção superior, sob o patrocínio e a intervenção do Estado", com o intuito de "orientar a produção e o comércio do Vinho do Porto e exercer a fiscalização superior". O IVP tem como atribuições a certificação e fiscalização da denominação de origem (DO) Vinho do Porto, assim como a sua defesa e promoção.

Ao longo dos tempos, apesar de se terem verificados alterações a nível orgânico (ex: as Divisões passaram a Serviços, evoluindo, seguidamente, para Direcções de Serviço), o IVP manteve os seus objectivos e atribuições, pelo que, a nível funcional, se trata de uma instituição dotada de grande estabilidade.

Dimensões 5.455 documentos compostos (769 livros + 3.944 maços + 725 capilhas + 8 capas + 5 pastas + 4 caixas)

Instrumentos pesquisa Inventário do Arquivo do Instituto do Vinho do Porto (1934-1974). Paula Montes Leal (org.). Peso da Régua: Museu do Douro, 2003. ISBN: 972-98878-5-3.

Materiais relacionados Comissão de Viticultura da Região do Douro (PT/MD/AC/CVRD); Cooperativa dos Funcionários do Vinho do Porto (PT/MD/ASS/CFIVP); Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto (PT/MD/AC/GEVP).

Fundo **ACD/CEVD** **Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro** **1971** **2000**

Âmbito e conteúdo

Circulares, copiador de correspondência expedida, copiador de correspondência, correspondência, correspondência recebida, registo de correspondência recebida, registo de requerimentos relativos à Portaria 605/90, ajudas de custo, balancetes, caixa, despesas com combustíveis, documentos de despesa, documentos de gestão orçamental, guias de entrega de material, mapas de participações de A.D.S.E., mapas de pagamentos a trabalhadores indiferenciados, movimentos de fundos depositados na Caixa Geral de Depósitos, processos de aquisição de bens, processos de vendas de bens e serviços, razão, recibos de pagamentos de geiras, recibos de saídas da adega, recibos de saídas do armazém, recibos de vendas a dinheiro, registo de abonos, registo de despesas, registo de pagamentos de ajudas de custo e horas extraordinárias, registo de vencimentos, relações de alterações nos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, relatórios mensais de custos de reparações na oficina da D.R.A.T.M., requisições internas, contagens de tempo de serviço, listagens mecanográficas de gestão de pessoal, livros de ponto, mapas de férias, relações de pessoal, cadastro dos bens do domínio privado, fichas bibliográficas, informações relativas a prejuízos causados pelas cheias do Douro, manutenção de fotocopiadores, mapas de materiais consumidos, projectos de obras, registo de movimento das viaturas, registo de obras entradas na Biblioteca, boletins de vistorias e licenças para plantação de vinha, boletins e circulares da Estação de Avisos da Região do Douro Estudos e fichas de viticultores, folhas de leituras cronométricas, informações relativas ao plantio de vinha, listagens de projectos aprovados pelo P.A.M.A.F., mapas de custos de produção, mapas síntese de processos de plantio de vinha, plantas e mapas, processos de campos experimentais, processos de crédito no âmbito do P.D.R.I.T.M., processos de plantio de vinha, registo de plantação de vinha, registo de provas de vinhos, processos relativos às comemorações do "Dia Aberto", recursos pedagógicos e registo de presenças em acções de formação.

História administrativa ou biográfica

Tendo-se reconhecido a necessidade de se constituir uma gestão integrada da vitivinicultura da Região Demarcada do Douro e considerada a conveniência dessa gestão se localizar na própria Região, é criado, por Decreto Regulamentar nº 60/79, de 16 de Outubro, o Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro, com sede na zona agrária da Régua, inicialmente no edifício da Estação Vitivinícola do Douro, na rua José Vasques Osório e mais tarde na Quinta do Passo, em Godim, Peso da Régua.

Compete-lhe especialmente:

- a) A cooperação com organismos que exerçam actividades no âmbito da investigação científica da vitivinicultura regional;
- b) O estudo e definição de espécies vitícolas e variedades mais importantes e da sua adaptação às diferentes zonas da Região;
- c) O estudo da adaptação dos conhecimentos aos condicionalismos regionais, dentro do seu âmbito de acção;
- d) A formação de pessoal técnico e auxiliar de vitivinicultura;

e) A gestão de unidades experimentais de investigação, de demonstração ou de fomento e de apoio vitivinícola no âmbito da sua actividade e em colaboração e coordenação com os Serviços da Região;

f) O apoio técnico aos sectores inerentes à vitivinicultura, em cooperação e coordenação com as sub-regiões e zonas agrárias.

O CEVD dispõe de serviços de apoio (Núcleo de Estudos Económicos e Núcleo Administrativo) e de serviços operativos (Divisão de Ampelologia; Divisão de Mecanização e Reconversão da Vinha; Divisão de Enologia e Núcleo de Condicionamento do Plantio da Vinha).

Aos serviços do CEVD para além das suas funções específicas, compete apoiar os serviços regionais de agricultura sempre que a eles recorram, mantendo a devida coordenação com as sub-regiões e zonas agrárias.

A gestão técnica, administrativa e financeira das explorações experimentais, a cargo do centro, compete ao seu director.

Dimensões 164 documentos compostos (22 livros + 135 maços + 6 pastas + 1 capa)

Extensão 7,5

Condições de acesso A generalidade da documentação é de consulta livre. Existe, contudo, documentação submetida a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei.

Instrumentos pesquisa Digitalq (base de dados de descrição arquivística).

Modalidades de aquisição Documentação proveniente do Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro a 16/10/2009.

Materiais relacionados Posto Agrário da Região Duriense (PT/MD/ACD/PARD);

Escola Agrícola Móvel da Região Duriense (PT/MD/ACD/EAMRD);

Núcleo Agronómico do Além Douro Transmontano (PT/MD/ACD/NAADT);

Núcleo Agronómico da Beira Transmontana e Região Duriense (PT/MD/ACD/NABTRD);

Serviços Agronómicos do Além Douro Transmontano (SAADT);

Estação Vitivinícola do Douro (PT/MD/ACD/EVD);



IV Brigada Móvel do Plantio da Vinha (PT/MD/ACD/IVBMPV).

Fundo	ACD/EAMRD	Escola Agrícola Móvel da Região Duriense	1920	1934
		<p><i>Âmbito e conteúdo</i></p> <p>Actas, regulamentos, registo de correspondência expedida, registo de correspondência recebida, folhas de despesa, livros caixa, livros de razão, livros diários, registo de receita e despesa e inventários.</p> <p><i>História administrativa ou biográfica</i></p> <p>A Escola Agrícola Móvel da Região Duriense foi criada pelo Decreto nº 4.831, de 24 de Setembro de 1918, no âmbito de criação de outras escolas agrícolas móveis por todo o país.</p> <p>Preconizada por Antão de Carvalho e dirigida por José Joaquim da Costa Lima, funcionou na Régua, em dependências arrendadas ao Asilo José Vasques Osório.</p> <p>Tinha competências nas áreas da assistência técnica, da análise de vinhos e azeites, da colheita de amostras de terras, e do ensino e fomento agrícola.</p> <p>O quadro de pessoal era composto por um engenheiro agrónomo, director, um engenheiro agrónomo adjunto, um regente agrícola ou agricultor diplomado, como técnico auxiliar, um escrivão, um prático agrícola e um servente.</p> <p>Este organismo foi extinto pelo Decreto 19.253, de 19 de Janeiro de 1931. Em 1 de Julho de 1931, todos os seus bens móveis e imóveis transitaram para a Estação Vitivinícola da Região Duriense.</p>		
	<i>Dimensões</i>	12 documentos compostos (10 livros + 2 maços)		
	<i>Extensão</i>	0,5		
	<i>Condições de acesso</i>	A generalidade da documentação é de consulta livre. Existe, contudo, documentação submetida a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de Janeiro).		
	<i>Instrumentos pesquisa</i>	Digitarq (base de dados de descrição arquivística).		
	<i>Materiais relacionados</i>	Posto Agrário da Região Duriense (PT/MD/ACD/PARD); Núcleo Agronómico do Além Douro Transmontano (PT/MD/ACD/NAADT); Núcleo Agronómico da Beira Transmontana e Região Duriense (PT/MD/ACD/NABTRD); Serviços Agronómicos do Além Douro Transmontano (SAADT);		



Estação Vitivinícola do Douro (PT/MD/ACD/EVD);

IV Brigada Móvel do Plantio da Vinha (PT/MD/ACD/IVBMPV);
Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro (PT/MD/ACD/CEVD).

Fundo **ACD/EVRD** **Estação Vitivinícola da Região Duriense** **1926** **1980**

Âmbito e conteúdo

Actas, circulares relativas a pessoal, circulares relativas ao Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, copiador de correspondência expedida, correspondência recebida, correspondência recebida da Comissão Técnica Regional de Vila Real, correspondência recebida da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, correspondência recebida de entidades oficiais, correspondência relativa à ADSE, correspondência relativa à "Comissão para Aquisição e Fornecimento de Aguardente e Álcool Vínicos para Benefício do Vinho do Porto", correspondência relativa a experiências de aguardentação e alcoolização, correspondência relativa às castas utilizadas nas plantações, informações e despachos da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, registo de correspondência expedida, registo de correspondência recebida, autos de abertura de propostas, balancetes, balanços anuais, conta corrente com a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, conta corrente com as dotações orçamentais, conta corrente permanente de dotações orçamentais, conta de cultura, contas correntes com as dotações orçamentais - participação em receitas, documentos de despesa da Quinta de Santa Bárbara, dotações - participação em receitas, folhas de cultura, livros "Diário", livros de "Caixa", livros de "Razão", livros de facturas, livros de lançamentos diversos, livros de recibos, livros de recibos de vendas a dinheiro, mapas de ajudas de custo, mapas de despesas diversas, mapas de distribuição de salários, mapas de execução orçamental, mapas de fornecimentos, mapas de gerência, mapas de produção e receita, mapas de vendas a crédito, memorial, recibos de saídas de armazém, documentos de despesa, registo de abonos, registo de depósitos à ordem, registo de depósitos à ordem do Serviço de Transferências, registo de despesa com conservação de material, registo de despesas diversas, registo de devedores e quantias em dívida, registo de facturas, registo de receitas e despesas dos serviços de assistência técnica, registo de saldos anuais dos campos experimentais, registo do movimento da adega, registo do movimento do armazém, registo do movimento do armazém e da adega, livros de requisições, resumos de "Caixa", autos de posse, contagens de tempo de serviço, contratos de trabalho, fichas individuais dos funcionários, folhas semanais e quinzenais do ponto dos funcionários, listas de antiguidades, livros de ponto, mapas de faltas, processos individuais dos funcionários, registo biográfico de funcionários, cadastro dos bens do domínio privado, fichas bibliográficas, fichas de inventário, informações relativas ao inventário, inventários gerais, projectos de obras, registo de conferência do inventário, registo de existências de vinhos licorosos, boletins individuais de viticultores, boletins meteorológicos do posto da Quinta de Santa Bárbara, livros de registo de consultas laboratoriais, processos de atribuição barbados, estacas e garfos, processos de campos experimentais, processos de vindimas, registo de análises de vinhos da Quinta de Santa Bárbara, registo de análises laboratoriais, registo de castas, registo de consultas sobre condicionamento do plantio de vinha, registo de ensaios com herbicidas, registo de hábitos de frutificação, registo de movimentos de laboratório, registo de observações de uvas de mesa, registo de serviços de assistência técnica, registo de sessões de provas de vinhos e registos de estudos, experiências e recursos pedagógicos.

História administrativa ou biográfica

Pretendendo o Estado Novo lançar as bases do fomento vitivinícola, é criado, por Decreto nº 19.253, de 19 de Janeiro de 1931, o Conselho Superior de Viticultura e as estações vitivinícolas, com atribuições no campo da investigação científica, experimentação em vitivinicultura e fiscalização. A Estação Vitivinícola do Douro foi então criada, sob o nome Estação Vitivinícola da Região Duriense, e resultou da fusão dos então extintos Escola Agrícola Móvel da Região Duriense (Peso da Régua) com o Posto Agrário da Região Duriense (Pinhão) com a Escola Agrícola Macedo Pinto (Tabuaço), fusão já prevista no Decreto nº 9.148 de 25 de Dezembro de 1923.

Por Decreto nº 21.165, de 26 de Abril de 1932, a prevista Estação Vitivinícola da Região Duriense passa a ser designada de Estação Vitivinícola do Douro, e é aprovado o seu regulamento, competindo-lhe:

- 1) Proceder a trabalhos de investigação científica, quer vitícolas quer enológicos;
- 2) Orientar a produção e comercialização de produtos vitivinícolas;
- 3) Efectuar toda a obra de assistência vitivinícola junto do lavrador;
- 4) Exercer o ensino prático e adestramento do pessoal, respeitante à viticultura e vinificação, na zona vitícola que lhe está adstrita;
- 5) Organizar e exercer a fiscalização técnica necessária e suficiente pela qual o Estado possa garantir a genuinidade dos produtos vitivinícolas regionais;
- 6) Fornecer à Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas as instruções que forem tidas por convenientes ao exercício da fiscalização a efectuar por funcionários daquela entidade;
- 7) Inspeccionar os viveiros particulares de videiras que existam na respectiva zona;
- 8) Ter superintendência em todas as plantações ou replantações de vinha que se pretendam efectuar na sua zona de acção, pela forma que for regulamentada.

Este organismo teve como primeiro director José Joaquim da Costa Lima. A sua sede situava-se na actual Casa da Criança, rua José Vasques Osório, na Régua, instalações onde já funcionara a Escola Agrícola Móvel da Região Duriense. Disponha também de instalações no Alto Douro, na designada Quinta de Santa Bárbara, onde já funcionara o Posto Agrário da Região Duriense.

O quadro de pessoal era constituído por um engenheiro agrónomo director, um ou mais engenheiros agrónomos adjuntos e demais pessoal técnico auxiliar, fixado por diploma especial consoante as necessidades do serviço.

Por Decreto nº 27.207, de 16 de Novembro de 1936, a Estação passa a Posto Vitivinícola da Régua, ficando sob a orientação técnica da Estação Vitivinícola da Beira Litoral, sendo que os programas de trabalho terão em conta as indicações do Instituto do Vinho do Porto.

A partir de 1957, este organismo, ganha novo fôlego, sob a direcção de Gastão Taborda, e no ano seguinte passa novamente a ser designado de Estação Vitivinícola do Douro.

Por Decreto Regulamentar nº 60/79, de 16 de Outubro, as suas instalações, equipamento e pessoal transitam para os Serviços Regionais de Agricultura de Trás-os-Montes.

<i>Dimensões</i>	496 documentos compostos (316 livros + 169 maços + 11 pastas)
<i>Extensão</i>	18
<i>Condições de acesso</i>	A generalidade da documentação deste fundo é de consulta livre. Existe, contudo, documentação submetida a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei.
<i>Instrumentos pesquisa</i>	Digitarq (base de dados de descrição arquivística).
<i>Materiais relacionados</i>	Posto Agrário da Região Duriense (PT/MD/ACD/PARD); Escola Agrícola Móvel da Região Duriense (PT/MD/ACD/EAMRD); Núcleo Agronómico do Além Douro Transmontano (PT/MD/ACD/NAADT); Núcleo Agronómico da Beira Transmontana e Região Duriense (PT/MD/ACD/NABTRD); Serviços Agronómicos do Além Douro Transmontano (SAADT); IV Brigada Móvel do Plantio da Vinha (PT/MD/ACD/IVBMPV); Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro (PT/MD/ACD/CEVD).

Fundo **ACD/IVBMPV** **IV Brigada Móvel do Plantio da Vinha** **1937** **1968**

Âmbito e conteúdo

Actas, registo de correspondência recebida, correspondência com a Repartição de Património da Direcção-Geral da Fazenda Pública, correspondência com a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, correspondência relativa a Ângelo Cardoso de Castro, correspondência recebida, livros caixa, registo de depósitos à ordem, contas-correntes com as dotações orçamentais, contas-correntes, livros de ponto, autos de posse, inventários, cadastro de bens do domínio privado, registo de requerimentos de vistorias, registo de consultas e informações verbais dadas a proprietários, registo de processos a averiguar, registo de vistorias, registo de arranques de vinha e registo de plantação de vinha.

História administrativa ou biográfica

No contexto da proibição do plantio de novas vinhas em Portugal, prévio à regulamentação do regime de condicionamento da cultura da vinha, são criadas, por Lei nº 1.891 de 23 de Março de 1935, as Brigadas Móveis, tendo como objectivos prioritários a realização do cadastro das propriedades e o registo das plantações, além da função de fiscalização.

A IV Brigada Móvel do Plantio da Vinha esteve sediada no Peso da Régua.

Este organismo é extinto pelo decreto nº 46.967, de 20 de Abril de 1966, ficando os processos de condicionamento de plantio da vinha a cargo da Estação Vitivinícola da Régua.

Dimensões 134 documentos compostos (116 livros + 18 maços)

Extensão 5

Condições de acesso A generalidade da documentação deste fundo é de consulta livre. Existe, contudo, documentação submetida a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei.

Materiais relacionados Posto Agrário da Região Duriense (PT/MD/ACD/PARD);

Escola Agrícola Móvel da Região Duriense (PT/MD/ACD/EAMRD);

Núcleo Agronómico do Além Douro Transmontano (PT/MD/ACD/NAADT);

Núcleo Agronómico da Beira Transmontana e Região Duriense (PT/MD/ACD/NABTRD);

Serviços Agronómicos do Além Douro Transmontano (SAADT);



Estação Vitivinícola do Douro (PT/MD/ACD/EVD);

Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro (PT/MD/ACD/CEVD).



Fundo **ACD/NAADT** **Núcleo Agronómico do Além Douro Transmontano** **1926** **1930**

Âmbito e conteúdo

Actas, registo de correspondência expedida, registo de correspondência recebida e razão.

História administrativa ou biográfica

O Núcleo Agronómico do Além Douro Transmontano, com sede no Peso da Régua, era constituído pelos Serviços Agronómicos do Além Douro Transmontano, pela Escola Agrícola Móvel da Região Duriense (Peso da Régua), pelo Posto Agrário da Região Duriense (Pinhão), pela Escola Móvel Profissional de Agricultura Alves Teixeira (Vidago) e pela Escola Agrícola Móvel Meneses Pimentel (Mirandela).

Foi criado em 1927, juntamente com o Núcleo Agronómico da Beira Transmontana e Região Duriense, com a finalidade de otimizar estes organismos de investigação e fomento agrário através da conveniente comunhão de ideias. Em reuniões realizadas mensalmente, os directores destes organismos deveriam apresentar relatórios acerca do funcionamento dos estabelecimentos entregues à sua direcção e programas de trabalho a realizar.

Teve como director José Joaquim da Costa Lima (1927).

Dimensões 4 documentos compostos (4 livros)

Extensão 0,5

Condições de acesso A generalidade da documentação deste fundo é de consulta livre. Existe, contudo, documentação submetida a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei.

Materiais relacionados Posto Agrário da Região Duriense (PT/MD/ACD/PARD);

Escola Agrícola Móvel da Região Duriense (PT/MD/ACD/EAMRD);

Núcleo Agronómico da Beira Transmontana e Região Duriense (PT/MD/ACD/NABTRD);

Serviços Agronómicos do Além Douro Transmontano (SAADT);

Estação Vitivinícola do Douro (PT/MD/ACD/EVD);

IV Brigada Móvel do Plantio da Vinha (PT/MD/ACD/IVBMPV);



Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro (PT/MD/ACD/CEVD).



Fundo	ACD/NABTRD	Núcleo Agronómico da Beira Transmontana e Região Duriense	1927	1930
		<p><i>Âmbito e conteúdo</i></p> <p>Registo de correspondência expedida.</p> <p><i>História administrativa ou biográfica</i></p> <p>O Núcleo Agronómico da Beira Transmontana e Região Duriense, com sede no Peso da Régua, era constituído pelos Serviços Agronómicos da Beira Transmontana, pela Escola Agrícola Móvel da Região Duriense (Peso da Régua), pelo Posto Agrário da Região Duriense (Pinhão), e pela Escola Agrícola Macedo Pinto (Tabuaço).</p> <p>Foi criado em 1927, juntamente com o Núcleo Agronómico do Além Douro Transmontano, com a finalidade de otimizar estes organismos de investigação e fomento agrário através da conveniente comunhão de ideias. Em reuniões realizadas mensalmente, os directores destes organismos deveriam apresentar relatórios acerca do funcionamento dos estabelecimentos entregues à sua direcção e programas de trabalho a realizar.</p> <p>Teve como director o Eng. José Joaquim da Costa Lima (1927).</p> <p><i>Dimensões</i> 1 documento composto (1 livro)</p> <p><i>Extensão</i> 0,5</p> <p><i>Condições de acesso</i> Fundo de consulta livre.</p> <p><i>Instrumentos pesquisa</i> Digitalq (base de dados de descrição arquivística).</p> <p><i>Materiais relacionados</i> Posto Agrário da Região Duriense (PT/MD/ACD/PARD);</p> <p>Escola Agrícola Móvel da Região Duriense (PT/MD/ACD/EAMRD);</p> <p>Núcleo Agronómico do Além Douro Transmontano (PT/MD/ACD/NAADT);</p> <p>Serviços Agronómicos do Além Douro Transmontano (SAADT);</p> <p>Estação Vitivinícola do Douro (PT/MD/ACD/EVD);</p> <p>IV Brigada Móvel do Plantio da Vinha (PT/MD/ACD/IVBMPV);</p>		



Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro (PT/MD/ACD/CEVD).

Fundo	ACD/PARD	Posto Agrário da Região Duriense	1917	1931
		<p><i>Âmbito e conteúdo</i></p> <p>Registo de receitas, registo de devedores e credores, registo diário de receita e despesa e autos de posse de empregados.</p> <p><i>História administrativa ou biográfica</i></p> <p>A Lei nº 26, de 9 de Julho de 1913, determinou o estabelecimento de um Posto Agrário no centro da Região Duriense, que teria como finalidade o estudo das práticas de lavoura da Região, habilitando operários rurais na execução de diversos serviços agrícolas. Por Portaria de 25 de Agosto de 1914, foi nomeada uma comissão para proceder à escolha da propriedade onde pudesse funcionar o referido estabelecimento agrícola oficial. Após várias reuniões decide-se pela instalação da sede na Quinta de Santa Bárbara, no Pinhão.</p> <p>Este organismo foi extinto pelo Decreto 19.253 de 17 de Dezembro de 1930. Em 1 de Julho de 1931, todos os seus bens móveis e imóveis transitaram para a Estação Vitivinícola da Região Duriense.</p>		
	<i>Dimensões</i>	5 documentos compostos (5 livros)		
	<i>Extensão</i>	0,5		
	<i>Condições de acesso</i>	A generalidade da documentação deste fundo é de consulta livre. Existe, contudo, documentação submetida a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei.		
	<i>Instrumentos pesquisa</i>	Digitarq (base de dados de descrição arquivística).		
	<i>Materiais relacionados</i>	Escola Agrícola Móvel da Região Duriense (PT/MD/ACD/EAMRD); Núcleo Agronómico do Além Douro Transmontano (PT/MD/ACD/NAADT); Serviços Agronómicos do Além Douro Transmontano (PT/MD/ACD/SAADT); Núcleo Agronómico da Beira Transmontana e Região Duriense (PT/MD/ACD/NABTRD); Estação Vitivinícola do Douro (PT/MD/ACD/EVD); IV Brigada Móvel do Plantio da Vinha (PT/MD/ACD/IVBMPV);		



Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro (PT/MD/ACD/CEVD).



Fundo	ACD/SAADT	Serviços Agronómicos do Além Douro Transmontano	1927	1930
		<i>Âmbito e conteúdo</i>		
		Copiador de correspondência expedida e correspondência recebida.		
		<i>História administrativa ou biográfica</i>		
		Os Serviços Agronómicos do Além Douro Transmontano dependiam da Direcção-Geral do Fomento Agrícola, do Ministério da Agricultura.		
		Com sede em Peso da Régua, tutelavam as escolas agrícolas da Região.		
		Entre 1927 e 1930, teve como director o Eng. José Joaquim da Costa Lima.		
	<i>Dimensões</i>	2 documentos compostos (2 maços)		
	<i>Extensão</i>	0,5		
	<i>Condições de acesso</i>	A generalidade da documentação deste fundo é de consulta livre. Existe, contudo, documentação submetida a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei.		
	<i>Materiais relacionados</i>	Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro (PT/MD/ACD/CEVD); Estação Vitivinícola da Região Duriense (PT/MD/ACD/EVRD); Escola Agrícola Móvel da Região Duriense (PT/MD/ACD/EAMRD); Núcleo Agronómico da Beira Transmontana e Região Duriense (PT/MD/ACD/NABT); Núcleo Agronómico do Além Douro Transmontano (PT/MD/ACD/NAADT); Posto Agrário da Região Duriense (PT/MD/ACD/PARD); IV Brigada Móvel do Plantio da Vinha (PT/MD/ACD/IVBMPV).		



Fundo	ASS/ACAD	Associação Cultural do Alto Douro	1981	1991
		<p><i>Âmbito e conteúdo</i></p> <p>Copiador de correspondência expedida, correspondência recebida, documentos de constituição da Associação, compilações de publicações locais, dossiers temáticos, discursos, currículos, livros de visitantes, estatutos e inventários e róis.</p> <p><i>História administrativa ou biográfica</i></p> <p>A Associação Cultural do Alto Douro foi constituída por escritura datada de 5 de Junho de 1981, com sede na vila e concelho de Peso da Régua, tendo como finalidade o estudo, recolha, preservação e defesa do património cultural, artístico, etnográfico, arqueológico, histórico, pré-histórico e bibliográfico da região alto-duriense. Foram sócios fundadores: Dr. Manuel Tuna e Mário José F. da Silva.</p> <p>Ficaram estabelecidos como órgãos da Associação Cultural do Alto Douro, a assembleia geral, a direcção e o concelho fiscal.</p> <p><i>Dimensões</i> 16 documentos compostos (2 livros + 14 maços)</p> <p><i>Extensão</i> 1</p> <p><i>Condições de acesso</i> A generalidade da documentação deste fundo é de consulta livre.</p> <p><i>Modalidades de aquisição</i> Documentação proveniente da Associação Cultural do Alto Douro em 28/02/2002.</p>		

Fundo	ASS/CFIVP	Cooperativa dos Funcionários do Instituto do Vinho do Porto	1942	1990
		<p><i>Âmbito e conteúdo</i></p> <p>Actas de Direcção, estatutos, copiadador de correspondência expedida, balancetes, balanços, contas correntes com os fornecedores, contas correntes com os sócios, folhas de vencimentos, livros «Caixa», livros «Diário», livros «Razão», memorial, notas de crédito e de débito relativas a vasilhame em trânsito, registo de compras, registo de vendas, registo do I.V.A. e relatórios de contas.</p> <p><i>História administrativa ou biográfica</i></p> <p>A Cooperativa dos Funcionários do Instituto do Vinho do Porto foi criada sob a forma de sociedade anónima, por escritura de 6 de Abril de 1942, tendo a sua sede e estabelecimento, na sede do Instituto do Vinho do Porto.</p> <p>Tinha como objectivo fornecer "exclusivamente aos seus sócios, géneros de primeira necessidade e o estabelecimento de uma cantina".</p> <p>Os sócios desta cooperativa devem, mediante proposta, ser aceites pela Direcção e fazer parte do quadro de pessoal do Instituto do Vinho do Porto.</p> <p>A sua duração "é por tempo indeterminado", mantendo-se em funcionamento na actualidade.</p> <p><i>Dimensões</i> 26 documentos compostos (20 livros + 6 maços)</p> <p><i>Extensão</i> 2,5</p> <p><i>Condições de acesso</i> Fundo em livre acesso.</p> <p><i>Instrumentos pesquisa</i> Inventário do Arquivo do Instituto do Vinho do Porto (1933-1974). Paula Montes Leal (org.). Peso da Régua: Museu do Douro, 2003. ISBN 972-98878-5-3.</p> <p><i>Modalidades de aquisição</i> Documentação adquirida a título de depósito.</p> <p><i>Materiais relacionados</i> Comissão de Viticultura da Região do Douro (PT/MD/AC/CVRD); Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto (PT/MD/AC/GEVP); Instituto do Vinho do Porto (PT/MD/AC/IVP).</p> <p><i>Bibliografia</i> Estatutos da Cooperativa dos Funcionários do Instituto do Vinho do Porto, [1952]. Exemplar fotocopiado.</p>		

Fundo	ASS/GDCRNSS	Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo Nossa Senhora do Socorro	1981	1982
		<i>Âmbito e conteúdo</i>		
		Actas.		
		<i>História administrativa ou biográfica</i>		
		O Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo Nossa Senhora do Socorro, foi fundado em 1981 e tinha sede em Peso da Régua.		
		Foi presidente da sua primeira comissão administrativa, o Sr. Antonio Guedes e dedicava-se, entre outras actividades, ao futebol e ao atletismo.		
		<i>Dimensões</i>	1 documento composto (1 livro)	
		<i>Extensão</i>	0,5	
		<i>Condições de acesso</i>	A generalidade da documentação deste fundo é de consulta livre. Existe, contudo, documentação submetida a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei.	



Fundo	CIR/ISAAC	Irmandade de Santo António de Alvações do Corgo	1827	1863
		<i>Âmbito e conteúdo</i>		
		Registo das receitas e despesas anualmente contabilizadas.		
		<i>História administrativa ou biográfica</i>		
		A Irmandade de Santo António de Alvações do Corgo funcionou na freguesia de Alvações do Corgo, concelho de Santa Marta de Penaguião, cujo orago é precisamente, Santo António.		
		Presidida pelo pároco era fundamentalmente constituída por leigos.		
		As suas receitas provinham dos legados e anuais pagos pelos irmãos.		
		Dedicava-se ao auxílio no culto reglioso.		
	<i>Dimensões</i>	1 documento composto (1 livro)		
	<i>Extensão</i>	0,5		
	<i>Condições de acesso</i>	Documentação de consulta livre.		



Fundo **EMP/MSG** **Miguel Sousa Guedes & Irmão Lda.** **1956** **1971**

Âmbito e conteúdo

Copiador de correspondência expedida, correspondência recebida, notas de despesas, contratos comerciais, recibos, registo de sinais, prestações e liquidações, registo de entrada de uvas, notas de entrega, guias de trânsito, autorizações de trânsito e armazenamento, guias de remessa, boletins de existência de vinhos, notas de medição de vinhos, relações de vinhos armazenados, relações de cascos, tabelas de preços de vinhos e rótulos.

História administrativa ou biográfica

Como consequência da liquidação do barão do Seixo, o seu maior credor, Constantino do Vale Cabral, tornou-se proprietário de um grande stock de vinho do Porto. Conhecedor das qualidades do seu sobrinho Miguel recorreu ao seu auxílio delineando a casa Miguel de Sousa Guedes, que teve início em 1851. O negócio foi-se desenvolvendo consideravelmente, e a Casa adquiriu propriedades no Alto Douro, entre as quais a Quinta das Carvalhas, uma das mais vastas e mais conceituadas da região.

Em 1909, Miguel Guedes deu sociedade ao antigo colaborador, seu irmão mais novo, Agostinho, pelo que a firma adoptou a designação de Miguel de Sousa Guedes & Irmão. Os dois irmãos foram respectivamente vice-cônsul dos Estados Unidos da América e cônsul do México.

Por falecimento deste último, seus filhos, já associados, delegaram a gerência da Casa nos irmãos José Maria, Miguel e doutor Manuel de Sousa Guedes, e um seu cunhado, o engenheiro Casimiro Pereira Leite, que foram auxiliados, na parte técnica, pelo súbdito britânico, Arthur Turner.

Em 1943, todas as quotas foram adquiridas pelo doutor José Maria da Silva e António Pinto da Silva Saavedra, que mantiveram integralmente as tradições da Casa, colaborando nesse propósito o doutor Miguel Sousa Guedes, que continuava na gerência, passando a designar-se Miguel de Sousa Guedes & Irmão, Lda.

Em 1960, a empresa associa-se com a Companhia. Manuel da Silva Reis cede parte da cota à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e Manuel Casimiro de Castro de Sousa Guedes sai da sociedade por cotas, findando, definitivamente, a participação da família Sousa Guedes na sociedade. Joaquim Correia Gonçalves mostra interesse em vender a sua cota na sociedade. Em 1963, Manuel da Silva Reis e Rosa Maria Guimarães Ferreira de Castro de Silva Reis cedem as suas partes como sócios individuais da empresa à firma Richard Hooper & Sons (Portugal).

Por esta altura, a Assembleia Geral decide vender a sua participação na firma Richard Hooper & Sons (Portugal) à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, renunciando à gerência dessa sociedade.

Em 1965, é nomeado como gerente Feliciano Santiago, provador de vinhos, que havia sido sócio da Sociedade de Vinhos Santiago, Lda.

Em 1966, a Richard Hooper & Sons, Lda., cede a sua participação à empresa Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, sociedade anónima de responsabilidade limitada (SARL), ficando a gerência da empresa a cargo desta última.

Em 1972, quando da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal (Agrupamento Complementar de Empresas, SARL), participa na sua fundação.

Em 1973 a Empresa Miguel de Sousa Guedes & Irmão, Lda., transfere para a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, SARL todos os bens do seu activo, completando a integração naquela Companhia, pelo que esta extingue-se, após quase 120 anos de existência.

Dimensões 18 documentos compostos (11 maços + 2 capas + 5 capilhas)

Extensão 1

Condições de acesso A documentação deste fundo é de consulta livre.

Modalidades de aquisição Documentação encontrada na Casa da Companhia do Peso da Régua, aquando das obras de recuperação para instalação do Museu do Douro.

Materiais relacionados Real Companhia Velha (PT/MD/EMP/RCV)

Fundo **EMP/RCV** **Real Companhia Velha** **1812** **1996**

Âmbito e conteúdo

Copiadores de correspondência expedida, copiadores de correspondência expedida relativa a contabilidade, rascunhos de correspondência expedida, correspondência recebida, ordens de serviço, registo de chamadas telefónicas, agendas, editais, declarações, documentos jurídicos, apontamentos, documentos de receita e despesa, depósitos na Casa do Douro, folhas de vencimentos, notas de contabilidade, talões de recibos de rendas, talões de depósitos, declarações de compra de ações, documentos e livros de caixa, contratos comerciais, listagens de pagamentos, balanços, relações de abonados, registo de despesas, recibos, recibos de sinais pagos, receitas e despesas com serviços, folhas de despesas, contas correntes, contas dos feitores, contas correntes de carregação de vinhos, relações de compra e venda de vinhos, relações de compra de flor de enxofre, declarações de venda de vinhos à Companhia, relações de abonados, despesas com carros, folhas de ordenados para descontos destinados à Caixa Sindical, folhas de pessoal, notas de serviços prestados, pagamento de quotas, inventários, inventários das quintas, relações de compra e arrendamento de imóveis, requisições de material, orçamentos, documentação relativa às obras da Igreja Matriz de São José de Godim, procurações, arrolamentos de vinhos, manifestos de vinho de novidade, relações de vinhos de novidade, declarações de exame de vinhos pelo Júri Qualificador, declarações de venda de vinhos, registo de entrada de uvas, guias de entrega de uvas à Casa do Douro, declarações de produção, listagens de vinhos de mesa, relações de viticultores autorizados a benefício, circulares de autorização de benefício, cartões de benefício, cartas de barco, guias de transporte, recibos de medição e entrega de vinhos, talões de transporte de uvas, declarações de existências, registo de graduações, notas de entrega de aguardente.

História administrativa ou biográfica

Em 1756, no âmbito da política pombalina de fomento económico e reorganização comercial do país, foi criada a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (diploma de 10-9-1756), com a missão de garantir e promover a produção e comercialização dos vinhos do Alto Douro e limitar o predomínio e o controle desta actividade económica pelos ingleses. A Instituição é desde logo dotada de amplas prerrogativas e privilégios de poderes públicos, com jurisdição própria, sendo responsável pela demarcação da região do Douro, qualificação dos seus vinhos, controlo da genuinidade do vinho de embarque e taxação de vinhos no Norte de Portugal; realização de obras públicas, obras de navegabilidade do rio Douro, obras da barra do Porto, estradas e prestação de outros serviços públicos como o ensino técnico.

Considerando a sua natureza, funções e relações com o estado, a sua história pode ser dividida em cinco períodos:

1. Companhia Geral da Agricultura, Empresa Majestática (1756-1834) – Após a revolução liberal de 1820 e a independência do Brasil em 1822, a Companhia foi objecto de várias tentativas de extinção. Com o decreto de 30-05-1834, a Companhia, perde todos os seus privilégios, autoridades e prerrogativas de regulação e disciplina pública.

2. Companhia dos Vinhos do Porto, sociedade comercial (1834-1838) – Período de transição correspondente a uma nova etapa da vida da Companhia, obrigada a abandonar a sua tradicional designação, a formar novos estatutos (17-11-1837) e a traçar uma estratégia de sobrevivência, mantendo-se como corpo comercial.

3. Companhia Geral da Agricultura, com funções de disciplina e fiscalização económica (1838-1852) – O Estado reconhece, pelas funções que comete à Companhia, a importância do saber acumulado e das suas infra-estruturas para a regularização da produção, transporte e comércio do vinho do Alto Douro. Neste período podemos distinguir um primeiro tempo de funções de política e disciplina (1838-1843) e um segundo tempo de reforço dos poderes delegados pelo Estado à Companhia (1843-1852).

4. Companhia Geral da Agricultura, simples sociedade comercial (1852-1960) – A Companhia começa a distribuir dividendos aos seus accionistas a partir de 1861, passa a sociedade anónima em 19678 e acertou contas com o Estado em 1937.

5. A Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, sob administração de Manuel da Silva Reis (1960-2000) – Graças à iniciativa de Manuel da Silva Reis, a partir de 1960, a Companhia conheceu uma significativa expansão dando início a um processo de fusões com a absorção de outras empresas de vinhos do Porto. Este alargamento da sua actividade, que veio a dar origem ao maior grupo económico ligado ao vinho do Porto, foi duramente abalado na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, para, a partir de 1978, procurar renascer.

Durante a sua existência a Companhia tem sido conhecida por várias designações: «Companhia do Alto Douro», «Companhia dos Vinhos do Alto Douro», «Companhia dos Vinhos do Porto», «Real Companhia dos Vinhos do Porto», «Companhia Real do Porto», «Royal Oporto Wine Company», «Real Companhia Velha» (designação que adoptou a partir da Real Companhia Vitícola do Norte de Portugal para se distinguir desta) e «Real Companhia dos Vinhos». Algumas das designações ainda mantêm, devidamente registadas.

Dimensões 218 documentos compostos (185 maços + 24 livros + 2 capilhas + 7 caixas)

Extensão 17

Condições de acesso A documentação deste fundo é de consulta livre.

Modalidades de aquisição Documentação encontrada na Casa da Companhia do Peso da Régua, aquando das obras de recuperação para instalação do Museu do Douro.

Materiais relacionados Miguel de Sousa Guedes & Irmão, Lda (PT/MD/EMP/MSG)



Fundo **FAM/FVO** **Família Vaz Osório** **1543** **1881**

Âmbito e conteúdo

Certidões de autos, sentenças e processos judiciais; certidões de escrituras de amigável composição; certidões de escrituras de arrendamento; certidões de escrituras de desistência; certidões de escrituras de empraçamento; Louvações de propriedades; notas, rascunhos e apontamentos; pareceres e alegações jurídicas; reconhecimentos; requerimentos; róis e inventários; certidões de escrituras de compra e venda; certidões de escrituras de doação; certidões de sentenças de partilhas; certidões de sentenças de posse judicial; declarações de venda; testamentos; contas; facturas recibos; certidões de escrituras de empréstimo; certidões de escrituras de quitação e dívida, declarações de dívida; correspondência recebida e procurações.

História administrativa ou biográfica

A família Vaz Osório habitou, durante várias gerações o Solar dos Vazes, também conhecido como Casa Vaz, situado no Peso da Régua. A construção é do século XVIII e deve-se a José Vaz Pinto Guedes, capitão-mor do Peso da Régua, pertencente à família.

Dimensões 279 documentos simples

Extensão 0,5

Modalidades de aquisição Documentação doada por Fátima Pizarro em 10/10/2009.